Comentário às iniciativas legislativas relativas ao processo de revisão da LBA

AR (CAOTPL-XII), Lisboa, 28 Nov 2012

Cláudia Dias Soares
Professora Auxiliar da UCP
soarescl1@gmail.com

Vias para conciliar interesses fiscais / preocupações ambientais

- Aumento/introdução de impostos e/ou taxas
  - NB. Receita v. Alteração comportamental
- Redução/eliminação de subsídios ambientalmente perversos (directos ou por via fiscal)
  - Justificações

e...

- Redução/eliminação de benefícios fiscais 'verdes'
  - NB. Eficaz apenas p/ sinalização e eficiente apenas no cp

Imposto ambiental
versus
Imposto relacionado com o ambiente

- Imposto ambiental em sentido próprio

- Imposto ambiental em sentido impróprio

  Base tributável
  Sujeitos
  Fato tributável
  Taxa

Duplo dividendo (ex. Alemanha)

Iniciativas legislativas relativas ao processo de revisão da LBA

- Apenas duas iniciativas fazem menção a fiscalidade ambiental

  - Partido Socialista (art. 28º/2, f), ProjL n. 143/XII/1ª)

    Mera enumeração da fiscalidade ambiental entre os instrs. económicos e financeiros

  - Governo (Art. 17º/2, e), PropL n. 79/XII)

    "*A fiscalidade ambiental, que visa direccionar comportamentos, podendo ainda contribuir para o financiamento da política de ambiente*"

Iniciativas legislativas relativas ao processo de revisão da LBA

- O projecto do PCP (Art. 6º, o), ProjL 154/XII/1ª) lista entre os instrumentos

  "A *penalização fiscal,* contraordenacional e penal, das práticas poluentes, lesivas ou desajustadas, nos termos da lei"

- No que respeita à separação entre Pr. da Prevenção e Pr. da Precaução, todos os projectos de lei de iniciativa parlamentar se apresentam mais defensáveis do que a versão que consta da proposta do 'Governo'